

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – OS COITADINHOS

Clóvis Rossi – *Folha de São Paulo*, 25/02/01

SÃO PAULO – Anestesiada e derrotada, a sociedade nem está percebendo a enorme inversão de valores em curso. Parece aceitar como normal que um grupo de criminosos estenda faixas pela cidade e nelas fale de paz.

Que paz? Não foram esses mesmos adoráveis senhores que decapitaram ou mandaram decapitar seus próprios companheiros de comunidade durante as recentes rebeliões?

A sociedade ouve em silêncio o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Otávio Augusto Barros Filho, dizer que não vai resolver nada a transferência e isolamento dos líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital ou Partido do Crime).

Digamos que não resolve. Qual é a alternativa oferecida pelo juiz? Libertá-los todos? Devolvê-los aos presídios dos quais gerenciam livremente seus negócios e determinam quem deve viver e quem deve morrer?

Vamos, por um momento que seja, cair na real: os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano. Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso.

Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos, vítimas do sistema. Calma lá. Coitadinhos e vítimas do sistema, aqui, são os milhões de brasileiros que sobrevivem com salários obscenamente baixos (ou sem salário algum) e, não obstante, mantêm-se teimosamente honestos.

Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência, condenados à prisão perpétua que é a dor pela perda de alguém querido, ao passo que o criminoso não fica mais que 30 anos na cadeia.

Parafrazeando Millôr Fernandes: ou restaure-se a dignidade para todos, principalmente para os coitadinhos de verdade, ou nos rendamos de uma vez à Crime Incorporation.

1 - O texto foi elaborado a propósito das rebeliões de presos nas prisões paulistas no mês de fevereiro de 2001; a melhor explicação para a escolha do título *os coitadinhos* é:

- a referência ambígua aos presos e às pessoas que sofrem pela ineficiência do sistema;
- a alusão às pessoas vítimas de salários baixos e teimosamente honestas;
- a existência de presos que, por orquestração surda, são tidos como vítimas do sistema;
- o fato de algumas pessoas padecerem eternamente pela perda de entes queridos;
- a referência aos presos que sofrem maus-tratos nas prisões brasileiras.

2 - No início do texto, o jornalista fala de uma sociedade “anestesiada e derrotada”; o segmento do texto que melhor demonstra a derrota de nossa sociedade é:

- “Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos, vítimas do sistema”;
- “A sociedade ouve em silêncio o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Otávio Augusto Barros Filho, dizer que não vai resolver nada a transferência e isolamento dos líderes...”;
- “...os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano.”;
- “Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso.”;
- “Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência...”.

3 - “Parafrazeando Millôr Fernandes: ou restaure-se a dignidade para todos, principalmente para os coitadinhos de verdade, ou nos rendamos de uma vez à Crime Incorporation”; o comentário correto a respeito deste último parágrafo do texto é:

- uma paráfrase corresponde ao desenvolvimento das idéias de alguém, modificando-se levemente as idéias originais;
- com o pronome *todos* o texto quer referir-se àqueles que, de fato, sofrem de verdade: os de baixos salários, os desempregados e os que perderam entes queridos;
- a segunda ocorrência da conjunção *ou*, neste segmento, tem valor de adição;
- o fato de a organização criminosa receber nome inglês é de cunho irônico;
- para Millôr Fernandes, segundo o que foi parafrazeado no texto, a dignidade deve ser restaurada somente para os coitadinhos de verdade.

4 - Como se pode ver no texto, *obscenamente* é um vocábulo grafado com SC; o item abaixo em que um dos vocábulos está **erroneamente** grafado é:

- ressuscitar / ascensão / piscina;
- adolescente / discente / indescente;
- convalescer / crescer / rescindir;
- abscesso / florescente / transcender;
- renascença / piscicultura / miscelânea.

5 - “...merecem, sim, tratamento digno e humano.”; o uso do vocábulo *sim* significa que:

- se trata de uma verdade universalmente aceita;
- o jornalista quer confirmar o que dizem os presos;
- o artigo escrito apresenta certo tom irônico;
- o jornalista afirma algo que pode receber opiniões opostas;
- nem todos os presos são bem tratados nas prisões brasileiras.

6 - "Digamos que não resolva."; em termos argumentativos, o segmento anterior indica:

- a) uma hipótese sobre fato futuro sobre a qual o texto contra-argumenta;
- b) uma inferência segura sobre fatos previsíveis que o jornalista condena;
- c) um argumento do juiz, condenado provisoriamente pelo jornalista;
- d) um argumento com o qual o jornalista pretende dar razão ao juiz;
- e) um pensamento negativista e comum entre os membros de uma sociedade derrotada.

7 - "Não foram esses mesmos adoráveis senhores..."; neste segmento ocorre um exemplo de uma figura denominada:

- a) metáfora;
- b) metonímia;
- c) ironia;
- d) eufemismo;
- e) hipérbole.

8 - O segmento do texto que apresenta um sujeito posposto ao verbo é:

- a) "Anestesiada e derrotada, a sociedade nem está percebendo a enorme inversão de valores em curso.";
- b) "Parece aceitar como normal que um grupo de criminosos estenda faixas pela cidade e nelas fale de paz.";
- c) "Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos,...";
- d) "Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência...";
- e) "Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios...".

9 - "... os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano. Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso."; nesse segmento do texto há uma série de vocábulos que se referem a elementos anteriores. O item em que a correspondência entre os dois NÃO está perfeita é:

- a) "...por mais hediondos QUE tenham sido..."- seus crimes;
- b) "...entre ELES..."- privilégios;
- c) "...O de determinar..."- privilégio;
- d) "...um micrograma QUE seja..." - micrograma;
- e) "...o de determinar onde cada um DELES..." - presos.

10 - "Vamos, por um momento que seja, cair na real..."; a regra abaixo que justifica o emprego das vírgulas nesse segmento do texto é:

- a) separar elementos que exercem a mesma função sintática;
- b) isolar ou aposto;
- c) isolar o adjunto adnominal antecipado;
- d) indicar a supressão de uma palavra;
- e) marcar a intercalação de elementos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - De acordo com o agrupamento dos atos administrativos em espécies, " apostilas " são atos administrativos:

- a) negociais;
- b) ordinatórios;
- c) enunciativos;
- d) normativos;
- e) gerais.

12 - O ato administrativo usado pelo chefe do Poder Executivo para explicar o conteúdo de uma lei, viabilizando a sua aplicação, denomina-se:

- a) decreto autônomo;
- b) decreto lei;
- c) regulamento;
- d) regimento;
- e) deliberação.

13 - Com relação à estabilidade dos servidores públicos, é correto afirmar:

- a) A estabilidade do servidor será adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- b) O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar ou em virtude de decisão proferida em processo judicial.
- c) O servidor público, mesmo não tendo sido nomeado por concurso público, adquire estabilidade sempre que completar cinco anos no serviço público.
- d) A aquisição da estabilidade, com a conclusão do estágio probatório, está condicionada à aprovação em avaliação de desempenho.
- e) O servidor estável, quando aprovado em concurso para outro cargo na mesma esfera de governo, não precisa se submeter a novo estágio probatório.

14 - Com relação ao estágio probatório, é correto afirmar:

- a) Durante o estágio probatório, o servidor público não pode ser punido mas somente exonerado.
- b) No estágio probatório o servidor público não pode ocupar cargo comissionado.
- c) O servidor público federal não aprovado no estágio probatório de outro cargo público federal vai ser reintegrado ao cargo anterior.
- d) A licença para desempenho de atividade política não interfere na contagem do prazo de estágio probatório.
- e) A exoneração do servidor em razão da não aprovação no estágio probatório não depende de instauração de processo administrativo disciplinar .

15 - " o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração ". O conceito de Maurice Hauriou, citado por quase todos os doutrinadores de Direito Administrativo, refere-se ao seguinte princípio da Administração Pública:

- a) impessoalidade;
- b) moralidade;
- c) legalidade;
- d) razoabilidade;
- e) proporcionalidade.

16 - Com relação às punições que podem ser impostas aos servidores, é correto afirmar que:

- a) quando houver conveniência para o serviço, a punição de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 40% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer no serviço;
- b) o prazo máximo da punição de suspensão será de 120 dias;
- c) a punição de advertência terá seu registro cancelado após dois anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração;
- d) a ação disciplinar prescreverá em 180 dias quanto à advertência;
- e) a ação disciplinar prescreverá em 3 anos quanto à suspensão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

17- Relativamente à aplicação das normas constitucionais definidoras de direitos e deveres individuais e coletivos, contidas no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) em nenhuma hipótese podem ser aplicadas, por exemplo, a turistas;
- b) aplicam-se exclusivamente a brasileiros e estrangeiros residentes em nosso território;
- c) destinam-se apenas aos brasileiros aqui residentes;
- d) sua aplicabilidade depende, de regra, de leis regulamentadoras, por não possuírem aplicabilidade imediata;
- e) possuem, de regra, aplicação imediata, e podem, em certos casos, ser aplicadas também a estrangeiros não-residentes.

18 - Um brasileiro naturalizado e um brasileiro nato, este com 32 anos de idade, **não** podem exercer, respectivamente, os seguintes cargos:

- a) Presidente da Câmara dos Deputados e Senador;
- b) Deputado Federal e juiz de paz;
- c) Senador e Governador de Estado;
- d) Presidente do Senado Federal e Vereador;
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal e Deputado Estadual.

19 - Podem concorrer validamente ao cargo de Governador de Estado:

- a) brasileiro naturalizado e Governador já reeleito no pleito anterior;
- b) prefeito reeleito e mulher de Governador de Estado, em pleito no mesmo Estado;
- c) analfabeto e Deputado Federal;
- d) o Governador substituto de Governador falecido, para um período subsequente, e o Presidente da República;
- e) brasileiro nato, com 21 anos de idade e Senador.

20 - Assinale a opção que contém apenas princípios sediados na Constituição Federal e que devem ser observados por servidor da Justiça Eleitoral, no exercício de suas funções:

- a) legalidade, imparcialidade, moralidade, eficiência e impessoalidade;
- b) impessoalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- c) publicidade, legalidade, moralidade, eficiência e impessoalidade.
- d) inafastabilidade, publicidade, legalidade, eficiência e impessoalidade;
- e) moralidade, inamovibilidade, legalidade, publicidade e eficiência.

21 - A Constituição Federal assegura aos servidores públicos civis o gozo, dentre outros, dos seguintes direitos comuns aos trabalhadores da iniciativa privada:

- a) seguro-desemprego; fundo de garantia do tempo de serviço; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;
- b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; redução dos riscos inerentes ao trabalho;
- c) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; proteção em face da automação; seguro contra acidentes de trabalho;
- d) proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos; fundo de garantia do tempo de serviço; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- e) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; redução dos riscos inerentes ao trabalho; piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

22 - A correta composição do Tribunal Regional Eleitoral é:

- a) sete juízes, sendo um desembargador, três juízes de direito que já tenham sido juízes eleitorais, um membro do Ministério Público Eleitoral e dois advogados indicados pelo Governador do Estado, sendo o Presidente do TRE o desembargador mais antigo;
- b) nove juízes, sendo dois desembargadores, dois juízes de direito, dois juízes federais, dois advogados nomeados pelo Presidente da República, estes indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal de Justiça, e um membro do Ministério Público Estadual, sendo o Presidente do TRE escolhido dentre os desembargadores;
- c) sete juízes, sendo dois desembargadores, dois juízes de direito, um juiz federal e dois advogados, nomeados pelo Presidente da República, estes indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal de Justiça, sendo o Presidente do TRE escolhido dentre os desembargadores;
- d) nove juízes, sendo três desembargadores, dois juízes de direito, dois juízes federais e dois advogados, nomeados pelo Governador do Estado, sendo o Presidente do TRE o desembargador mais antigo;
- e) no mínimo sete juízes, sendo dois desembargadores, dois juízes de direito, um promotor de justiça e dois deputados estaduais, estes escolhidos pelo Presidente da República dentre seis deputados indicados pela Assembléia Legislativa, sendo o Presidente do TRE escolhido dentre os desembargadores.

DIREITO ELEITORAL

23 - Quanto aos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) os Juízes Eleitorais são magistrados da Justiça Eleitoral, designados pelo Tribunal Superior Eleitoral para presidir as Zonas Eleitorais;
- b) a Junta Eleitoral é composta por um juiz de direito e cidadãos de notória idoneidade, sendo desnecessária a estes formação jurídica;
- c) o Tribunal Superior Eleitoral tem jurisdição em todo território nacional, enquanto o Tribunal Regional Eleitoral e os juízes de direito com designação eleitoral têm jurisdição em todo o Estado da federação a que pertencem;
- d) a Junta Eleitoral é um órgão colegiado de primeira e segunda instância da Justiça Eleitoral;
- e) o Tribunal Regional Eleitoral é composto por juízes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Regional Federal e por advogados nomeados pelo Presidente da República.

24 - Sobre os Tribunais Eleitorais e suas funções, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para a fiel execução do Código Eleitoral;
- b) a composição dos membros do Tribunal Superior Eleitoral far-se-á mediante eleição dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça e nomeação pelo Presidente da República dentre advogados;

- c) as funções de Procurador Geral Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral serão exercidas pelo Procurador Geral da República;
- d) as funções de Procurador Regional Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral serão exercidas pelo Procurador Geral de Justiça;
- e) haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

25 - A Junta Eleitoral é composta:

- a) por um juiz de direito e por três ou cinco cidadãos de notória idoneidade, sendo um dos cidadãos nomeado presidente;
- b) por um juiz de direito que será o presidente e por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade;
- c) por um juiz de direito e por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, sendo um dos cidadãos nomeado presidente;
- d) por um juiz de direito que será o presidente e por três cidadãos de notória idoneidade;
- e) pelo juiz eleitoral, mesários e escrutinadores, em número máximo de cinco cidadãos de notória idoneidade, através de nomeação ou designação pelo Tribunal Regional Eleitoral.

26 - Para o deferimento do pedido de transferência do título eleitoral, é necessário, dentre outras, atender à seguinte exigência:

- a) que a inscrição anterior do eleitor tenha ocorrido há pelo menos seis meses, exigência esta dispensada para o servidor público civil, militar ou autárquico, ou para membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência;
- b) que tenha residência mínima de 60 dias no novo domicílio, exigência esta dispensada para o servidor público civil, militar ou autárquico, ou para membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência;
- c) que a inscrição anterior do eleitor tenha ocorrido há pelo menos um ano, exigência esta dispensada para o servidor público civil, militar ou autárquico, ou para membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência;
- d) estando o eleitor militar em serviço ativo, a transferência do título eleitoral não é limitada pelo tempo de residência no novo domicílio, ou da inscrição anterior no antigo domicílio;
- e) que tenha residência mínima de 120 dias no novo domicílio, exigência esta dispensada para o servidor público civil, militar ou autárquico, ou para membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

27 - É causa de cancelamento da inscrição do eleitor:

- a) a condenação criminal em primeira instância de jurisdição, ainda que não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- b) a abstenção consecutiva ou alternada e não justificada em três eleições;
- c) ser comprovadamente analfabeto, após a realização da inscrição;
- d) inscrever-se o eleitor em jurisdição eleitoral diversa daquela que abrange fisicamente seu domicílio;
- e) a incapacidade civil relativa superveniente à inscrição.

28 - No Brasil as eleições estão divididas em três espécies, conforme divisão político-administrativa do País em Municípios, Estados, Distrito Federal e União.

É correto dizer que as eleições são:

- a) municipais para Vereadores e Presidentes das Câmaras Municipais;
- b) gerais para Governadores e Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Prefeitos;
- c) nacionais para Presidentes, Vice-Presidentes e Senadores;
- d) municipais para Prefeitos, Vereadores e Presidentes das Câmaras Municipais;
- e) gerais para Governadores e Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais.

29 - Em relação à candidatura a cargo eletivo, é correto afirmar que:

- a) de acordo com a legislação em vigor, o registro de candidato a cargo eletivo será admitido até um mês antes da eleição;
- b) para concorrer a cargo eletivo, não é obrigatório que o candidato seja registrado por partido;
- c) o registro de candidato a cargo eletivo federal, estadual ou municipal será processado junto à Zona Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato;
- d) o partido ou coligação são encarregados por lei do registro dos candidatos junto à Justiça Eleitoral, sendo vedado ao candidato o registro em qualquer hipótese;
- e) a lei conferiu certa liberdade ao partido político, para fixação dos prazos de filiação partidária em seu estatuto, com vistas à candidatura a cargos eletivos, porém proibiu a alteração do prazo no ano da eleição.

30 - O sigilo do voto manual é assegurado através da seguinte providência, entre outras:

- a) isolar o eleitor em cada cabina indevassável, para que assinale o candidato de sua escolha na cédula, que deve ser fechada em seguida;
- b) utilização de cédulas oficiais em conformidade com o modelo aprovado pelo Superior Tribunal Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral;
- c) verificação da autenticidade da cédula oficial à vista do Juiz Eleitoral;
- d) verificação da autenticidade da cédula oficial à vista do Juiz Eleitoral e do Presidente da mesa apuradora;
- e) na falta de urna oficial, utilização de meio seguro de recolhimento do voto manual, assegurando-se a inviolabilidade do sufrágio.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31- *“A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”* (CF art. 165, § 8º)

Este preceito corresponde ao princípio orçamentário denominado:

- a) uniformidade;
- b) especificação;
- c) universalidade;
- d) exclusividade;
- e) unidade.

32 - Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidades de qualquer espécie já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros, classificam-se como:

- a) transferências de capital;
- b) transferências correntes;
- c) financiamentos;
- d) investimentos;
- e) inversões financeiras.

33 - Em relação aos Créditos Adicionais, pode-se afirmar que:

- a) os Créditos Especiais destinam-se a atender despesas não contempladas na Lei Orçamentária e sua abertura independe de autorização legislativa;
- b) os Créditos Especiais, Complementares e Eventuais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício;
- c) os Créditos Extraordinários destinam-se a atender despesas urgentes e imprevistas e sua abertura independe de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes;
- d) o superávit econômico apurado em balanço patrimonial do exercício anterior é considerado recurso para fins de abertura de Créditos Suplementares e Especiais;
- e) os recursos provenientes de excesso de arrecadação não poderão ser utilizados para fins de abertura de Créditos Adicionais.

34 - O ato que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, denomina-se:

- a) empenho;
- b) atestação;
- c) liquidação;
- d) licitação;
- e) pagamento.

35 - Assinale a alternativa que apresenta Receita Pública Extra-Orçamentária:

- a) rendimento de aplicações financeiras;
- b) operações de crédito por antecipação de receita;
- c) impostos e taxas;
- d) cobrança da dívida ativa;
- e) multas.

36 - Com relação ao ordenador de despesas, é correto afirmar que:

- a) ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda;
- b) o ordenador de despesas é responsável por prejuízos causados à Fazenda Nacional decorrentes de atos praticados por agente subordinado, ainda que este tenha exorbitado as ordens recebidas;
- c) o funcionário que recebe suprimento de fundos é obrigado a prestar contas de sua aplicação ao ordenador de despesas e o faz sob a forma de tomada de contas;
- d) todo ordenador de despesas ficará sujeito à tomada de contas realizada pelo órgão de auditoria interna e encaminhada ao Ministério Público;
- e) os titulares dos órgãos, no exercício da atividade financeira, são denominados ordenadores de despesas primários ou natos, não sendo permitida a delegação dessa competência a terceiros.

37 - Assinale a alternativa que apresenta Receita Orçamentária - Patrimonial:

- a) aluguéis;
- b) alienação de bens;
- c) reavaliação de bens;
- d) aquisição de imóveis;
- e) aquisição de material de consumo.

38 - A modalidade de licitação realizada entre interessados previamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, denomina-se:

- a) concorrência;
- b) tomada de preços;
- c) convite;
- d) leilão;
- e) concurso.

39 - O ato pelo qual a Administração, pela autoridade competente, atribui ao vencedor o objeto da licitação denomina-se:

- a) habilitação;
- b) classificação;
- c) julgamento;
- d) adjudicação;
- e) homologação.

40 - O agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias denomina-se:

- a) função;
- b) subfunção;
- c) programa;
- d) unidade de controle;
- e) unidade orçamentária.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41 - A memória cache é:

- a) uma memória de grande capacidade, muito rápida, porém com custo muito alto;
- b) uma memória de pequena capacidade, muito lenta, porém com custo muito baixo;
- c) uma memória de pequena capacidade, muito rápida, porém com custo muito alto;
- d) uma memória de grande capacidade, muito lenta, porém com custo muito alto;
- e) uma memória de grande capacidade, muito rápida, porém com custo muito baixo.

42 - Uma das finalidades da memória principal do computador, popularmente conhecida como memória DRAM, SDRAM ou simplesmente RAM, é:

- a) armazenar temporariamente dados e programas para uso da CPU;
- b) armazenar definitivamente dados e programas para uso da CPU;
- c) servir como dispositivo de entrada e saída de informações;
- d) fornecer uma interface consistente para o usuário humano;
- e) servir como uma unidade de backup para arquivos de programas e dados.

43 - Ao se arrastar um arquivo de uma pasta para outra, utilizando-se o botão direito no Windows Explorer:

- a) o arquivo é copiado para a pasta destino;
- b) o arquivo é movido para a pasta destino;
- c) aparece um menu com diversas opções, entre outras, copiar, mover e cancelar;
- d) é criado um atalho na pasta destino;
- e) nada acontece.

44 - A mão (ver figura abaixo) que aparece abaixo do ícone de alguns tipos de dispositivos no Windows Explorer significa que o dispositivo:

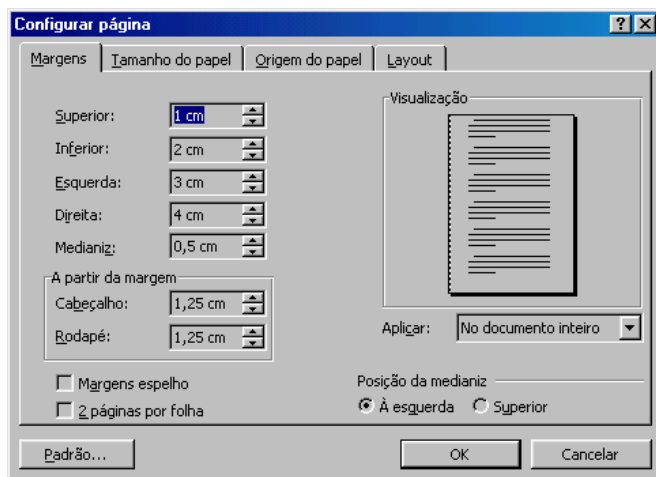


- a) está montado no computador;
- b) não está disponível;
- c) é uma unidade de rede;
- d) está sendo compartilhado;
- e) foi retirado do computador.

45 - Considerando-se as configurações originais do Microsoft Word 2000 em português, a tecla de atalho **Ctrl+B** (pressiona-se a tecla de **Ctrl** e a tecla **B** sem soltar a primeira):

- a) imprime o arquivo;
- b) coloca o texto selecionado em negrito ou inicia modo negrito;
- c) abre um arquivo em branco;
- d) salva o arquivo;
- e) não existe este atalho na configuração padrão.

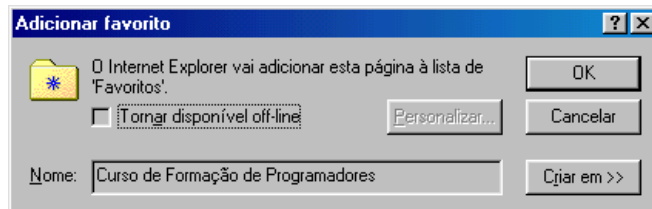
46 - Observe a caixa de diálogo abaixo:



A largura, em centímetros, da área de texto de uma página A4 (21cm por 29,7 no modo retrato), configurada de acordo com esta caixa de diálogo, é:

- a) 17,5 cm;
- b) 17 cm;
- c) 13,5 cm;
- d) 13 cm;
- e) 10,5 cm.

47 - Ao utilizar o comando "Adicionar a Favoritos..." do menu "Favoritos" do Internet Explorer, aparece uma caixa de diálogo (ver a seguir) contendo uma caixa de verificação (check box) com a opção "Tornar disponível off-line".



Quando esta opção é marcada:

- a) copia o conteúdo desta página ou páginas para o seu computador;
- b) coloca o seu computador off-line;
- c) desconecta o seu computador do servidor deste site;
- d) coloca o Internet Explorer no modo off-line;
- e) impede que a página ou páginas sejam acessadas no futuro quando o seu computador estiver on-line.



48 - O botão do Microsoft Internet Explorer tem a finalidade de:

- a) realizar a atualização da página que está sendo mostrada;
- b) fechar o Internet Explorer, voltando ao programa que estava sendo executado anteriormente;
- c) mudar para o modo off-line;
- d) criar um novo documento para ser publicado na web;
- e) desviar para o documento inicial.

49 - A principal finalidade do Software MS-Outlook é:

- a) edição eletrônica de texto;
- b) correio eletrônico;
- c) criação de páginas web;
- d) preparação de slides para apresentação;
- e) criação de planilha eletrônica.

50 - Atualmente, uma forma muito comum de "pegar" vírus de computador é através de arquivos recebidos anexos em um e-mail (attachments). Ainda NÃO é conhecido um vírus para arquivos com extensão do tipo:

- a) ".EXE";
- b) ".VBS";
- c) ".AVI";
- d) ".DOC";
- e) ".COM".